

“DAÍ, EU AGARREI O MUNDO”: EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES “SEM PROFISSÃO DEFINIDA” A PARTIR DO OESTE DO PARANÁ (DÉCADAS DE 1970 A 2000)¹

Rinaldo José Varussa²

RESUMO: Este artigo visa acompanhar e interpretar trajetórias de trabalho de pessoas que, ao longo de suas vidas, pautaram-se pela busca de diferentes e diversas ocupações como forma de constituírem-se enquanto trabalhadores, levando-os a constantes mudanças de serviço e lugares de moradia. Nesta discussão, são valorizadas as perspectivas forjadas em relação ao trabalho e na organização das relações com outros trabalhadores e classes.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias ocupacionais. Trabalhadores em ocupações diversas. História, memória e narrativas.

ABSTRACT: This article aims to follow and interpret routes of work of persons that during their lives searched for different and various occupations as way of constitution while workers, so they changed jobs and houses constantly. In this discussion, it is valued the made perspective in relation to work and in the organization of relationship with others workers and classes.

KEYWORDS: routes of works, workers in various occupations; History, memories and narratives.

¹ Artigo preparado para apresentação e discussão com as turmas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, em maio de 2009, durante I Seminário de Pesquisa em História Interinstitucional UFU e UNIOESTE, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, aos quais agradeço as contribuições.

² Professor adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Brasil, nos Cursos de Graduação e Mestrado em História, doutor em História Social. E-mail: angri@certto.com.br

Três narrativas, produzidas em épocas e lugares distintos, dando conta de situações transcorridas igualmente em épocas e lugares distintos, mas, trazendo trajetórias errantes de pessoas, como experiências compartilhadas.

A primeira, escrita por John Steinbeck, no romance “Vinhas da Ira”, em 1939.

Nesta narrativa, após retornar da prisão para casa, o filho mais velho Tom Joad encontra a família em retirada de Oklahoma para a Califórnia.

Ameaçados pelos tratores, que voluptuosamente tombavam a terra e com ela o passado dos antigos arrendatários, Tom Joad, entra em conversa com sua mãe, sobre a esperança que a mo-veria para aquela jornada de mais de 3 mil quilômetros, avaliada em “duas semanas, talvez dez dias” de viagem:

Mas eu gosto de pensar que talvez será bom pra gente lá na Califórnia. Nunca faz frio. E tem tantas frutas, em toda a parte, e as pessoas moram em casas bonitas, em pequeninas casas brancas no meio de laranjeiras. Eu imagino que – se todos nós arranjasse trabalho e todos trabalhasse – a gente talvez podia comprar uma casinha assim. E as crianças, bastava por o pé pra fora de casa e podia apanhar quantas laranjas quisesse; era só subir no pé. Garanto que eles não agüentava sem trepar nas árvores. Tom olhou sua mãe trabalhar e seus olhos sorriam.

–Faz bem a senhora pensar assim. Eu conheci um camarada que era lá da Califórnia. Ele não falava que nem a gente. Bastava ouvir ele falar e a gente já sabia que ele não era daqui, que era de longe. E então ele disse que tem muita gente procurando trabalho lá na terra dele. E disse que o pessoal que trabalha nas safra de frutas vive em lugares imundos e nem tem o que comer direito. E que assim mesmo é bem difícil arranjar trabalho. Uma sombra perpassou o rosto dela.

– Oh, não, não é assim – disse – Seu pai recebeu um impresso, em papel amarelo, dizendo que se procurava gente pra trabalhar. Eles não ia escrever isso se não tivesse bastante trabalho. Custa muito dinheiro mandar fazer esses impressos. Pra que eles mentir e gastar dinheiro com mentira?

Tom sacudiu a cabeça.

- Não sei, mãe. A gente não pode saber por que eles faz isso. Quem sabe?... – ele olhou para fora, onde o sol quente torrava a terra vermelho.
- Quem sabe o quê?
- Quem sabe é mesmo bom aquilo lá, como a senhora diz. ”³

A segunda narrativa é do senhor Sebastião Benedito, 58, natural do município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.

Trabalhador da construção civil, o senhor Sebastião fez sua trajetória profissional construindo barragens pelo país, tendo a carpintaria como profissão.

Em sua entrevista, contando sobre aquela trajetória, ele demarca que a vida como trabalhador começou com sua família, com os pais e nove irmãos, em Minas Gerais, onde tiveram ocupações de trabalho ligadas à lavoura: “É trabalho de lavoura. Meu pai mesmo ele foi é... carrero, né? Era profissão dele, mais era sempre na roça...”

O senhor Ferreira, quando indagado a falar da sua inserção na profissão de carpinteiro, descreve o seguinte caminho:

Meu primeiro trabalho, é um trabalho formal, é... carteira assinada, foi na estrada de ferro, né? Quando estava com 25 anos, 26 anos, 1975, quando iniciei essa jornada é... fazendo até hoje é... trabalhar nas empresas. Que eu trabalhei na estrada de ferro por alguns mês, né?... E continuei saindo de uma empresa, passando pra outra que... Até uma certa época, tava desempregado do patrão, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, é... nós ouvimos no Rádio, né?... a... a propaganda da obra da Itaipu. Ouvi no rádio, que o escritório tava pedindo é... várias funções lá no... em Belo Horizonte. Eu arrumei um companheiro e fomos lá no escritório. ‘Não, rapaz! Eu conheço lá’. Tava pensando até pagar um táxi. Daí disse: ‘não precisa pagar táxi, não! Nós vamos a pé’. Fomos a pé, lá no escritório, aonde fiz a minha... esse trajeto de Minas Gerais

³ STEINBECK, Jonh. *As vinhas da ira*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 121-122.

pro Paraná, direto. Eu já fui direto pra empresa, né? Na época.⁴

Sebastião chegou a Foz do Iguaçu-PR em 1981. Após o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1992, passou por outras três construções de barragem, mas, mantendo sua família residindo naquela cidade.

A terceira narrativa é do senhor Valdemar Martin, 64 anos, aposentado. A exemplo de Steinbeck, não fala de si próprio. Conta a história de seus antepassados. A exemplo de Steinbeck e do senhor Ferreira, é na busca por melhores condições de vida, que estrutura sua narrativa:

Eu, Valdemar Martin, sou um dos descendentes dos que entraram no Brasil, em 1908. Pelo que se sabe, eles devem ter saído de Wolynia, Ucrânia, em 10 de outubro de 1908, embarcando no navio Wirtzburg e chegando no porto do Rio de Janeiro, em 6 de novembro do mesmo ano. Chegaram no Rio Grande do Sul, na localidade onde eu nasci [Senador Salgado Filho] no 14 de dezembro de 1908. A sua vinda ao Brasil se deve aos seguintes fatos: em Wolynia, eles não tinham terra. E aí surgiu a propaganda que no Brasil eles poderiam ser proprietários. Lá eles eram arrendatários de terra, eles trabalhavam, mas a vida era difícil. Sabe-se que o arrendatário nunca vai conseguir subir na vida. Em vista disso, grande população da Wolynia aceitou o convite e foi atrás da propaganda. Basta dizer que o navio que os trouxe para cá, era o navio Wirtzburg que partiu de Bremen, Alemanha, levando 414 passageiros.⁵

Estas três narrativas – constituídas a partir de diferentes perspectivas: literatura, experiência própria e a memória repassada de geração a geração – perfazem outro alinhamento: a fundamentação da esperança em melhores condições de vida, que move estas pessoas, identifica-se com o encontro de melhores condições de trabalho ou, até mesmo, só de trabalho.

⁴ Entrevista com Sebastião Benedito realizada por Rodrigo Paulo Wolf de Jesus, em 12/04/2008.

⁵ Entrevista com Valdemar Martin realizada por Cristiano Lüdke, em 12/10/2001.

Assim como o presente vivido, na base do “pior do que está não pode ficar” – em diferentes graus, desde “o eles trabalhavam, mas a vida era difícil” contado pelo Sr. Valdemar Martin, até a necessidade de se autoconvencer (ou enganar-se) de Tom Joad na contraposição ao que a experiência vivida por outros negava –, a esperança se fundamenta no trabalho. Encontrá-lo é o que também faz com que estas pessoas se movam, assim como perdê-lo.

E neste ponto se situa um primeiro aspecto a se destacar, que demarca uma dimensão constituída mais recentemente, como diferencial das sociedades capitalistas: os deslocamentos em busca de trabalho como deliberação e perspectiva dos que por ele buscam.

A produção historiográfica vem estabelecendo que o deslocamento de trabalhadores, assim como do capital, não é uma dinâmica recente, sendo uma das práticas que implementaram a produção capitalista em termos globais.⁶ Ao que parece, se o capital não tem pátria, igualmente os trabalhadores.

Como sintetizam Peter Linebaugh e Marcus Rediker, “a espoliação e a remoção de povos tem sido um processo mundial há quinhentos anos”. Destaque-se que este processo se fazia de forma compulsória:

“os capitalistas europeus tiveram de usar a força para expropriar as massas de suas terras ancestrais, a fim de que sua força de trabalho pudesse ser transferida para novos projetos econômicos em novos contextos geográficos.”

Isso porque “os povos do mundo se apegavam teimosamente, no curso da história, à independência econômica que vem da posse de seus próprios meios de subsistência, seja terra ou qualquer outra propriedade.”⁷

Porém, a perda daqueles meios não tinha como resposta imediata a locação de mão de obra nos empreendimentos das

⁶ Dentre outros, ver: SILVER, Beverly. *Forças do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁷ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 26.

classes dominantes, ainda mais nas formas desejadas por elas. Homens e mulheres sem trabalho eram uma das características marcantes da Inglaterra do século XV e XVI, a ponto de serem identificados como uma ameaça àqueles que intentaram aquela condição: “sementes do perigo e do tumulto dentro do Estado”, como o filósofo e procurador-geral Francis Bacon (1561-1626) caracterizou aquelas pessoas.

A criminalização – estabelecendo e enquadrando como vadiagem e/ou vigarice, por exemplo, algumas das profissões contemporâneas, como o vendedor ambulante –, tendo como pena a deportação, foi um dos principais expedientes que proveram as companhias inglesas de colonização de sua “mercadoria”, os colonos. Como toda “mercadoria”, não sem antes uma seleção ou, modernamente falando, controle de qualidade: contam-se aos milhões, juntamente com os deportados, os executados com a pena capital.⁸

Se por um lado, o narrado acima estende o processo de deslocamento dos trabalhadores, por outro, firma-o como involuntário e compulsório, na forma de pena imputada a um crime.

De fato, o trabalho visto como um direito pelos trabalhadores, que ironicamente levou Paul Lafargue a classificar tal perspectiva de “loucura” que teria como sintoma “o amor pela atividade laboral”,⁹ é um fenômeno mais recente.

Ressalte-se aqui que os três momentos narrados acima não autorizam a diagnosticar aquela loucura. Como frisei antes, o trabalho parece ser identificado como um meio para se conseguir o que parece ser objetivo daqueles trabalhadores: melhores condições de vida. No caso da Sra. Joad, um paraíso no qual, pelo menos as crianças não precisariam trabalhar. Muito pelo contrário, viveriam na diversão: “bastava por o pé pra fora de casa e podia apanhar quantas laranjas quisesse; era só subir no pé. Garanto que eles não agüentava sem trepar nas árvores”.

⁸ Ver a respeito LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus, op. cit., p. 17- 45.

⁹ LAFARGUE, Paul. *O Direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1880. p. 25. (edição brasileira de 1980)

De qualquer forma, seja no “direito ao trabalho” ou não, parece ser nesta contingência que a propaganda a cerca das ofertas de trabalho atua.

Assim, conjuntamente e na relação entre as classes, é lidando com aquela perspectiva que as classes dominantes, em diferentes lugares e momentos, evidenciado nas propagandas – outro alinhamento entre as narrativas – motivam os trabalhadores a se deslocarem e não mais serem deslocados.

Partindo deste aspecto central, é na busca por trabalho por parte dos trabalhadores que estrutura este texto, visando discutir, na trajetória de trabalhadores, alguns elementos que se estabelecem em suas vidas, seja na constituição das relações com os lugares e classes onde o trabalho passa a se configurar e a redefinir aqueles lugares, seja na definição de ritmos e rotinas de trabalho.

Dada a abrangência da discussão, delimito-a aqui a três situações, as quais se apresentam, por vezes, articulada na vida dos trabalhadores.

Dois situações são de trabalhadores que definiram uma ocupação com as quais se identificam e pautam suas vidas: os trabalhadores no comércio interfronteiras em Foz do Iguaçu e os catadores de material reciclado em Marechal Cândido Rondon, ambas as cidades localizadas no Oeste do Estado do Paraná, no Brasil.

A terceira situação liga-se a trabalhadores que não definiram uma ocupação específica ao longo de suas vidas, mas pautaram-se pela circulação também entre diferentes ocupações, além dos lugares de moradia e de trabalho. Em certa medida, esta forma de viver o trabalho, apresentar-se-á nesta discussão como um contraponto às duas outras ocupações, possibilitando igualmente relativizar e problematizar as construções delineadas para estas.

Na busca por trabalho, as duas primeiras categorias de trabalhadores têm um elemento em comum: o uso dos espaços públicos, notadamente, as ruas como local de execução de boa parte de seus trabalhos.

Em relação aos espaços públicos, destaco inicialmente que

estes, quando trocados de ocupantes, trocam também de significados, evidenciando que os lugares, assim como os valores, são construídos nas relações entre os sujeitos e expressam outros lugares, que não apenas fisicamente mensuráveis, mas também socialmente.

Esta interpretação não é nova e vem ocupando pesquisadores de diversas áreas, dentre elas, os das denominadas ciências humanas, os quais, invariavelmente, forjam conceitos como o de território, que na versão que adotamos aqui, consubstancia o espaço socialmente organizado.¹⁰

O elemento em destaque nesta definição são os diferentes modos de se conceber e viver os espaços, o que, invariavelmente, colocam os diferentes grupos e classes em conflitos, no caso, pela cidade.

Na caracterização daqueles espaços, não raro, a solução encontrada pelos pesquisadores tem sido o estabelecimento de espaços restritos de ocupação por determinados grupos, na forma de “guetos”, sejam os voluntários, sejam os compulsórios, os quais se fazem no exercício de determinadas práticas ou modos de viver ou “estilos de vida”.

Ou ainda, a definição se faz através de polarizações, por vezes, dicotômicas como as realizadas entre o campo e a cidade ou centro e periferia, formas estas, por vezes, criticadas por outra parte da produção bibliográfica.¹¹

Tendo em conta a temática em questão, porém, aponto e analiso aqui as constituições dos territórios enquanto espaços de relações e interações entre diferentes grupos e classes, tendo como referência à constituição de formas de organização do trabalho pelos trabalhadores. Assim, antes que a tentativa de

¹⁰ ROLNIK, Raquel. História urbana: história da cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Filgueiras (Org.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA; APUR, 1992.

¹¹ Dentre outros, ver: FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. O Urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia* (48), jan./jun. 2005. Numa perspectiva histórica e centrada na problematização da polarização de campo e cidade, ver WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*, 1989.

firmar construções de identidades definidoras de lugares geograficamente situados, o que chamo a atenção é o estabelecimento das relações pelos trabalhadores, que lhes fornecem os sentidos de viver a cidade e, neste aspecto, visto como processos, por vezes, inconclusos.

Nesta direção, é importante destacar as distinções que visualizo na composição atual das duas cidades destacadas para discussão das relações constituídas pelos trabalhadores na busca por trabalho, tanto no que se refere ao tamanho da população e sua distribuição quanto nas dinâmicas da produção.

A primeira, Marechal Cândido Rondon, com cerca de 45 mil habitantes, sendo que aproximadamente 25% moram na zona rural, tem na agropecuária e na agroindústria suas principais atividades.¹²

A segunda, Foz do Iguaçu, com uma população que se aproxima de 300 mil habitantes, com 90% deles vivendo na área urbana, tem no comércio interfronteiras a principal atividade econômica, ocupando, segundo dados da Prefeitura Municipal daquele município, aproximadamente, 67% dos seus moradores.¹³

No que se refere ao processo de constituição desta configuração, ambos os municípios guardam uma proximidade: as atuais características foram definidas nas últimas três décadas, embora relacionadas a fatores distintos.

No caso de Foz do Iguaçu, o crescimento populacional e urbano ocorreu de forma acentuada após 1970. A cidade, que tinha então aproximadamente 33 mil habitantes, passou a contar 270 mil, em 1990, acentuando o ritmo, possível de ser verificado desde a elevação a município, ocorrida em 1914.¹⁴

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2000.

¹³ Dados produzidos pelo Departamento de Desenvolvimento do Turismo, Divisão de Planejamento e Estudos Turísticos da Secretaria Municipal de Turismo, em "Inventário da oferta turística de Foz do Iguaçu" (2004). Apud SOUZA, Aparecida Darc de. *Memórias constitutivas da cidade*. Foz do Iguaçu, 1970-2008, 2009.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

As pesquisas invariavelmente identificam na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em meados da década de 1970, o principal fator que dinamizou aquela mudança em relação ao crescimento populacional, já que só as obras daquela empresa chegaram a concentrar mais de 30 mil trabalhadores, no início da década de 1980.¹⁵

Uma das explicações estabelecidas pela historiografia para a concentração de pessoas nas atividades do comércio interfronteiras seria que ao longo do processo de conclusão das obras e a consequente redução no contingente de trabalhadores, a opção construída por estes foi a busca por ocupação naquele setor, fixando-se no lugar.

Elen Patrícia Silva Davi, no entanto, alerta para outros elementos que se articularam naquela dinâmica e que:

seria simplista pensar que a migração de milhares de pessoas para o município a partir da década de 1970 seria obra única e exclusiva do capital gerado em torno da construção da Usina Binacional, do comércio inter-fronteiras e do turismo [...] Nesse cenário, para além das belezas das Cataratas do Iguaçu, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu configurou-se também como um paradigma nacional do segmento que ficou conhecido como “turismo de compras”, pelo intenso fluxo comercial, sendo ponto de parada obrigatório para os sacoleiros, que viajavam rumo à cidade vizinha Ciudad Del Este para adquirir produtos a preços bem mais atrativos e revendê-los no Brasil.¹⁶

Assim, nesta dinâmica de constituição daquela cidade, a efetivação da dinâmica econômica, que tem como principal ele-

¹⁵ Dentre outros, ver: CATTI, Luiz E. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*, 1994; e SOUZA, Edson B. C de. *A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*, 1998.

¹⁶ SILVA DAVI, Elen Patrícia. *Trabalhadores na fronteira*, p.16. Para as dinâmicas vividas e pautadas pelos trabalhadores no processo de construção da Usina de Itaipu, ver MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem*, 2007.

mento o comércio interfronteiras, tem que levar em conta a ação dos sujeitos que o implementaram. Ou seja, não é um suposto quadro econômico ou um “pano de fundo” firmado a partir das principais atividades produtivas que definem os sujeitos, mas, estes são vistos nas relações sociais, buscando se pensar, neste caso, a cidade como sendo firmada nas determinações – vistas como pressões e limites¹⁷ – mas, também como resultante das intervenções dos sujeitos.

E dentre estes sujeitos, os trabalhadores que constituíram seu modo de vida e de trabalho no transporte e comercialização das mercadorias obtidas no Paraguai, conceituados como “sacoleiros” e “laranjas”, bem como os vendedores ambulantes e camelôs (os que se fixam em pontos determinados da cidade) e que, de maneira geral, assumiram este trabalho como tentativa de inserção no mercado de trabalho, a partir do desemprego em outras profissões, aparecem como uma possibilidade significativa de reflexão.

Neste sentido, a pesquisa produzida por Elen P. S. Davi permite interpretar como luta daqueles sujeitos as tentativas de permanecerem no mercado de trabalho, luta esta caracterizada por uma expressiva ambiguidade.

Esta ambiguidade, que dá também um duplo sentido ao conceito “fronteira” do título da dissertação, apresenta-se nas disputas que dimensionam a vida daqueles sujeitos que, por um lado, são tidos como contraventores, não raro marginais por parte da sociedade, por exemplo, a Receita Federal e a Prefeitura Municipal, e, por outro, colocam-se como parte integrante, imprescindível e dinamizadora da economia local e nacional.

Nas narrativas destes trabalhadores, aquela ambiguidade assume igualmente um duplo caminho quando estes legitimam sua atuação, seja pelo estabelecimento da necessidade que dão ao trabalho – e o fazem se diferenciando de outras atividades tidas como marginais – como o roubo –, seja pela construção da

¹⁷ Esta perspectiva é discutida por THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*, v. I. p. 12.

importância do seu trabalho, do qual prescindiriam amplos setores da sociedade de Foz do Iguaçu, como o do turismo, como se depreende da fala de dona Nelci de Fátima Martins, 46 anos, que atua como “laranja” desde 2000:

Muito mal visto os sacoleiros. Pela sociedade, pelas pessoas, tem muita gente que fala, que os sacoleiros é a sujeira de Foz do Iguaçu, muita gente que fala. Quem não precisa deles? Que nem os hotéis precisa, os restaurantes precisa, muitos precisa, né? Aqui em Foz é, u, a... manicure, o engraxate... se não vem os sacoleiro... Aqui, a maior... Que o povo ganha é pelo trabalho no Paraguai. E daí se não tem dinheiro como que a gente vai pagá uma conta? Como que vai pagá... O engraxate, uma diarista muitas vezes, trabalha na casa de quem trabalha na muamba. É uma corrente, o picolezeiro... Eles tudo fica feliz quando tem movimento... O pessoal lá na ponte vende muito bem cachorro quente, água, refrigerante, naquelas banquinhas... Eles se esbaldam de vender... Mas por muitos, é muito mal visto, porque eles acha que estão irregular, estão fazendo uma coisa irregular, porque não tá pagando imposto, né? ¹⁸

Na fala de dona Nelci, é possível perceber que para esta trabalhadora o “direito à cidade”, enquanto reação aos que colocam seu trabalho como “mal visto”, se faz no estabelecimento de suas relações com outros trabalhadores e com as dinâmicas que identificam Foz do Iguaçu. Construindo as redes de relações que constituem a cidade naqueles que “ficam feliz quando tem movimento”, estende aos supostos “bem vistos” os resultados da sua produção.

Na constituição das atividades destes trabalhadores, Elen Davi destaca ainda a construção dos espaços da cidade, bem como as tensões e disputas que marcam as tentativas de alocação que fazem aqueles trabalhadores, o que os leva a constituição de seus territórios e, por vezes, a sua perda. Ruas, praças, locais valorizados ou desvalorizados e disputados pelo comércio local

¹⁸ Entrevista com Nelci de Fátima Martins, realizada por Elen P. J. S. Davi, em 23/12/2005.

articulam-se e se fazem na atuação daqueles trabalhadores.

Estas relações pela constituição do espaço urbano, enquanto relações dos sujeitos e, no que venho tentando estabelecer aqui, notadamente, de trabalho, assumem outras dimensões, nas situações observadas em Marechal Cândido Rondon.¹⁹

De maneira geral, o processo de constituição desta cidade, como apontado antes, guarda uma semelhança com Foz do Iguaçu por se tratar de uma dinâmica estabelecida recentemente, porém, de ordem diversa. Isto porque nesta cidade a concentração da população na área urbana caracteriza-se, notadamente, pelo deslocamento recente dos trabalhadores do campo para a cidade, quando não pelo deslocamento daqueles para outras regiões do país.

Assim, nas três últimas décadas do século XX, havia ocorrido, a exemplo do que aconteceu no Brasil em décadas anteriores, ainda que em menores proporções, uma inversão na proporção da localização populacional: de um total, em 1970, de 43.776 habitantes, dos quais aproximadamente 83% situados na área rural, passaria, em 2000, a uma população total de 41.014 habitantes, sendo perto de 23% de moradores da zona rural.²⁰ Portanto, proporcionalmente, em 2000, o número de moradores na zona rural caíra a menos de um terço daquela observada em 1970, com esta população decrescendo 71,42% em 30 anos, numa média de 34% por década.

Esta mudança, no que se refere aos trabalhadores, expressa a constituição de um conjunto de formas de vida e de trabalho que, embora existentes há décadas, atingiram proporções expressivas no final da década de 1990.

¹⁹ Esta diferenciação em relação a Marechal Cândido Rondon visa apenas situar o local a partir de onde se constituíram as pesquisas, não caracterizando especificidades de ocupações exercidas pelos trabalhadores comparativamente a outras cidades. Ou seja, as ocupações identificadas em Marechal Cândido Rondon são igualmente encontradas em Foz do Iguaçu.

²⁰ Esta variação negativa no número total de moradores decorre, em grande medida, do desmembramento de 5 novos municípios, entre as décadas de 1980 e 1990, de Marechal Cândido Rondon.

Os casos mais visíveis são o dos catadores de papel e o das empregadas domésticas, ambos arregimentando contingentes superiores a 1 milhão de trabalhadores, no Brasil.²¹

O diferencial que quero realçar aqui em relação às situações vividas por sacoleiros e laranjas é quanto à constituição dos ritmos e rotinas de trabalho produzidas por aqueles trabalhadores, levando-se em conta o aspecto das relações constituídas na cidade. Isso porque diferentemente daqueles primeiros, a legitimação destes se dá não em relação à legislação de maneira mais direta, pois não lidam com o estigma da contravenção, embora igualmente tenham que lutar contra o da marginalização e da discriminação por parte de outros grupos e classes, porém, pautada em outros “espectros”.

Evidentemente, enquanto espaço em disputa, podem ser visualizadas nas cidades diferentes formas de lidar com o trabalho daqueles personagens que ocupam as ruas. E a legislação não é o único expediente adotado, como se observa no caso dos catadores de papel.

Neste sentido, basta que seja apontada as inúmeras organizações e projetos constituídos, seja por órgãos públicos, seja pela chamada iniciativa privada que buscam incorporar, organizar, disciplinar, etc., as atividades daqueles trabalhadores.

Só no Oeste do Paraná, as denominações que remetem àquelas organizações se multiplicam: “Cooperar” (cooperativa de catadores de Marechal Cândido Rondon), “Lixo Bom”, “Câmbio Verde”, “Lixo Útil”, “Paraná Ambiental”.

Da mesma forma, são expressões destas tentativas os neologismos com os quais são identificados os trabalhadores, que vão desde o “politicamente correto” “coletores de material reciclado” ao eco-engajado “agente ambiental”.

No que se refere aos trabalhadores, a ocupação do espaço urbano, constituindo seus territórios, permeia-se de outros sen-

²¹ Ver a respeito: BOSI, Antônio de Pádua. *Mudanças no mundo do trabalho das empregadas domésticas no Brasil (1970-2005)*. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 3., *Anais...* Maringá: [s.n.], 2007.

tidos, os quais são forjados nas suas experiências de trabalho e nos conflitos vividos.

E estes conflitos, de forma semelhante aos sacoleiros e laranjas, se expressam, nas suas narrativas, pelos argumentos construídos para legitimar a atividade ao mesmo tempo em que pautam suas reivindicações nas relações com outros sujeitos, como se depreende da fala do Sr. Mário Silva, 52 anos, catador há 5 anos quando da entrevista, quase o mesmo tempo da sua chegada em Marechal Cândido Rondon:

A pessoa tem que pensar... as autoridades têm que pensar, se uma pessoa cata papelão, ela está fazendo limpeza pra cidade. É porque se não fosse também um pouco este catador de papelão que tem, a prefeitura tinha mais despesa, né? Porque daí tinha que por funcionário, tinha que por mais caminhão. E assim, não. Assim, diminui pra...um pouco serviço pra prefeitura, diminui, né? Porque quantos carrinhos tem aqui dentro de Marechal que puxa papel, né? Quantos que tem? Vixi, mãe! Então, isso aí... a prefeitura tinha que tê dois caminhão a mais, tinha que ter. Não, muito mais. Três caminhão tinha que tê.²²

Esta mesma preocupação em legitimar a presença nas ruas e na atividade de catador, aparece na fala do Sr. Edson Alencar, 52 anos, há 4 meses na atividade, ao valorizar a “dimensão ambiental” do trabalho:

A gente faz um trabalho importante, pois se não fosse a gente a cidade estaria uma sujeira. A gente então, com este serviço, ajuda a preservar a natureza, o meio ambiente. Por isso, a gente é chamado também de agente ambiental.²³

Em ambas as falas dos catadores é possível de se perceber que os argumentos incorporam a interlocução com outros sujeitos,

²² Entrevista com o Sr. Mário Silva, concedida ao autor em 25/4/2004.

²³ Entrevista com o Sr. Edson Alencar, concedida ao autor em 22/4/2002.

da mesma forma que demarcam os diferentes tempos da sua produção, tanto nos sentidos que atribuem às suas práticas – como na configuração que faz o Sr. Mário de que o catador seria uma espécie de auxiliar privado do serviço público –,²⁴ como na incorporação da dimensão ambiental presente no argumento do Sr. Edson.²⁵

Conjuntamente a esta legitimação, a constituição do situar-se na cidade, faz-se pela definição dos ritmos e rotinas de trabalho, no que, novamente, as relações com outros personagens, ocupantes da cidade, fazem-se presente. Aqui, as definições se dão tanto com as outras classes e grupos, quanto entre os próprios trabalhadores, como se observa, por exemplo, na definição dos “pontos”:

A maioria tem os lugar, os pontos pra... que eu pego. Porque

²⁴ Este argumento parece respaldar-se nas situações vividas por outros sujeitos na sociedade e um processo, pelo menos, pautaria a importância que assumiram os catadores “como auxiliares do serviço público” contemporaneamente, sob o viés de outras classes: em fevereiro de 2009, os jornais de São Paulo noticiavam uma crise na coleta seletiva daquela cidade, desencadeada, na explicação corrente então, pela crise “econômica global”. Isso porque com a queda nos preços dos denominados “commodities”, também os materiais recolhidos para a reciclagem foram atingidos. O resultado imediato disso, segundo o “O Estado de S. Paulo”, foi que as cooperativas de catadores haviam reduzido em dois terços a coleta daquele material, gerando um aumento no lixo recolhido pelo serviço público, o qual em sua ampla maioria é destinado aos aterros sanitários, não sendo, portanto, reaproveitados (ver MACHADO, Roberto. Crise já reduz coleta seletiva em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 2009, p. 22). Restaria saber se o tratamento recebido pelos catadores daria continuidade à “lógica do mercado”, ou seria o recebimento de um generoso bônus pelos serviços prestados, tal quais os executivos da Seguradora AIG, empresa que precisou – já se preservando daquela lógica – de US\$ 180 bilhões dos cofres públicos norte-americano. Os citados executivos, após aquela ajuda governamental, foram agraciados com US\$ 165 milhões. Ver a respeito *Folha Online*, 15 mar. 2009, disponível em: <www.folha.com.br>.

²⁵ Na interpretação dos diferentes tempos que permeiam, articulam-se e constituem uma narrativa, sirvo-me de um diálogo com a discussão estabelecida por: PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 296-313.

na rua tem pouco, por causa que tem muito catador de papel. Tem muito... O que mais me ajuda são os pontos. O lugar que eu pego, né? Eu faço cinco, seis lugares. Todo dia. O mais forte é na [Casas] Pernambucana e na [loja] Colombo".²⁶

O "ponto" é reconhecido como uma forma de "garantir a produção" mesmo para aqueles que não o têm:

Eu não tenho ponto. Os outros têm ponto. Agora, eu não tenho. A gente fica com vergonha de chegar nos mercados, pedir, né? Porque, às vezes, o senhor chega, pede, daí... Tá certo que eles não vão responder pra gente mal, né? Eles vão responder com educação, as pessoas... Mas, a gente... pra catar bem mesmo tinha, tinha que ter um ponto, né? Que nem os outros cata mais, cata mais que eu porque eles tem ponto, né? Que nem ali perto da balança da Coopagrill tem um ali que ele sobrevive disso daí. Ele mantém a família só com isso aí. Ele faz faxa de oitocentos reais por mês, né? Ele tem ponto. Ele pega na [supermercado] Coopagrill e... pega lá no [supermercado] Waimar, parece. Ele tem dois ponto bom, né? Ele só chega e já... Depois daí, quando... Ele faz uma boa quantia ali nos mercados e depois vai catar na cidade também, né? Então, daí ele... por isso que ele cata mais, né? Agora, eu faço pouco, né? O que eu tenho aí, oh... Pode dar uns cento e oitenta conto pode dá, que eu tenho amontoado, aí. Por mês, dá pra fazer... oh, uns cento e... uns trezentos conto eu faço. Entre latinha, coisa, tudo isso aí. Eu corro só a cidade. Daí, eu... quem tem comércio, eu nunca cheguei pegar.²⁷

A constituição ou não dos pontos confere ao catador um roteiro que o leva a "correr a cidade", estabelecendo a sua cartografia pautada no trabalho, nas possibilidades de obter sua sobrevivência, numa rotina de circulação ditada pelas possibilidades oferecidas pelos estabelecimentos que fornecem os materiais.

²⁶ Entrevista com o Sr. Edson Alencar, concedida ao autor em 22/4/2002.

²⁷ Entrevista com o Sr. Mário Silva.

Dentro disso, a constituição de um ponto não se limita a autorização dos responsáveis pelos estabelecimentos, como faz crer o relato do Sr. Mário, mas, exige a adoção de ritmos ditados numa conjugação de concessões e acordos entre catadores e comerciantes, para que o fornecimento do material seja exclusivo a uma pessoa, como se depreende do relato de dona Lúcia Cerri, 47 anos:

Eu tenho dois carrinhos. É que a gente no começo, primeiro, tinha só este... um mais pequeno. Mas, como daí vem muito que avisam 'ah, vem pegar ali', aí nós temos nosso ponto lá na [concessionária] Honda, e lá vem ferro... daí pra não...eles jogar no chão lá, deixar jogado, daí a gente leva o carrinho já de manhã, já lá, do lado e deixa parado. E daí eles já joga o papelão já em cima. Daí quando vai pro centro eu recolho de bicicleta e levo tudo lá no carrinho. [...] Desse que eu fiz o ponto lá... que primeiro, um pegava, outro pegava, daí começou a sumir produto, que nem chaves, essas coisas. Daí, eu fui falar com o dono, daí ele falou: 'Não. Então, vamos fazer diferente: só vocês entram e pegam. Vocês deixam o carrinho ali, a hora que vem as motos, eles desmontam, tudo, daí os parafusos, é tudo jogado, assim, no chão: é papelão, é plástico, os ferros... Daí, eu vou lá, ajunto tudo, e o lixo que é lixo é ensacado. E eu levo pra fora, pra rua e o resto vai carregado, tudo.²⁸

Pela fala de dona Luci, o ponto se constitui também pautado numa relação de confiança, uma espécie de controle que confere ao catador a possibilidade ou não de permanecer neste tipo de fornecimento de material. Ou seja, é a constituição de valores e padrões de comportamento que possibilitam também aos catadores a viabilização da ocupação, da permanência na cidade, a permanência no trabalho.

Na forma como foram apresentados os dois conjuntos de trabalhadores – trabalhadores no comércio interfronteiras e ca-

²⁸ Entrevista com dona Luci Cerri, concedida ao autor em 21/3/2004. Quando da entrevista, dona Luci atuava há dois anos com a coleta de material reciclado.

tadores –, fica caracterizada uma forma de exercício laboral na qual seria possível a identificação da constituição de categorias profissionais, não só no aspecto formal,²⁹ como nas dinâmicas que os trabalhadores estabelecem nestas atividades, pautadas em ritmos e rotinas de trabalho, assim como na permanência e continuidade do seu exercício.

Neste sentido, em ambas as ocupações são comuns pessoas que se mantêm na atividade há mais de uma década, estabilidade comparável ao que se poderia encontrar em categorias profissionais “clássicas”.

Em grande medida, isso parece se ligar às trajetórias destes trabalhadores, os quais em expressiva medida exerceram atividades em outra profissão ou ramo econômico durante boa parte de suas vidas, o que lhes parece informar quanto a esta forma de inserção no “mercado de trabalho”, permeada de sentidos e significados para além da mera equação contábil.

Neste ponto, gostaria de destacar que o recurso à interpretação das trajetórias de alguns trabalhadores reveste-se da perspectiva de que embora estas se pautem em narrativas de pessoas, individualmente, entendo-as como expressão de situações compartilhadas e dinamizadas em condições socialmente vividas enquanto classe, tendo em conta que “a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe”.³⁰

Tal formulação é entendida na sua historicidade, pensando que os trabalhadores, enquanto classe, vivem aquelas determinações – nas quais “nasceram ou entraram involuntariamente”³¹

²⁹ Neste sentido, em 2002, o Ministério do Trabalho elencou “catadores de papel e material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações, documento produzido por aquele órgão do governo federal brasileiro que permite, por exemplo, o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos que atuam com aquela atividade.

³⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 54.

³¹ THOMPSON, E. P. op.cit., p. 10.

– como limites e tensões e não como um dado objetivo e imutável.

Neste sentido, “classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, se unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista”.³²

Deste modo, o caso do Sr. Alberto Oliveira, 61 anos, natural de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul, catador de material reciclável em Marechal Cândido Rondon há 5 anos quando da entrevista, parece expressivo no que se refere à constituição de uma estabilidade ocupacional a partir da sua trajetória.

Após 30 anos como trabalhador com registro em carteira, 24 dos quais na profissão de caldeireiro, com vínculo em 3 empresas durante este período – 6 anos na primeira e 12 anos nas outras. Na verdade, sem mudança de local de trabalho, já que aqueles 3 vínculos se deram pela incorporação sucessiva das empresas nas quais o Sr. Alberto trabalhava: “o [Dono da A, primeira empresa] vendeu pra [B, segunda] e a [B] vendeu pra [C, terceira]”.

O início do trabalho do Sr. Alberto como catador se daria em 1999, quando foi demitido, na justificativa da empresa, pela necessidade de reduzir o número de funcionários em virtude da mudança da empresa para outro endereço e instalações. Na justificativa do sr. Alberto, a manifestação de que o longo período como caldeireiro lhe deixou outras marcas para além da estabilidade: “É ali tava, o fogo já tava fazendo mal pras vista, as vista tava ficando fraca. Agora eu num posso olhá direito, assim de longe, né? É de longe, não. Mas, de perto sim”.³³

Ao longo da estabilidade profissional, outra se constituiu: a residencial. Por 36 anos, logo após se casar e deixar a casa dos pais, o Sr. Alberto e sua família residiram – e continuavam

³² THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

³³ Entrevista do Sr. Alberto Oliveira, concedida ao autor em 18/4/2004.

residindo quando da entrevista – no mesmo endereço, apenas mudando a situação do lugar. Isso porque, a antiga moradia que fazia parte de uma pequena vila ou colônia dos trabalhadores da primeira empresa, se tornaria uma casa isolada com a derrubada das demais, com o entrevistado caracterizando-a como “chácara” na atualidade: “Aí, eu acho que tinha mais de vinte casas, ali... dali até aqui, tinha vinte e poucas casas [...] foram vendidas e as que num levaram inteira eles desmancharam, né?”.

Esta chácara, com a demissão, se tornaria um lugar de disputa com a empresa, que pretendia estender à residência a perda da estabilidade profissional, não fosse, ao menos em parte, a resistência do trabalhador: “Uma vez eles inventaram de fazê despejo pra mim. Não funcionou. Eu num assinei a papelada. Agora, tudo quieto. Num inventaram mais de quere me despejá”.

A perda da outra estabilidade se apresentou ao Sr. Alberto como irresistível e irreversível: “E sabe por quê? É que pra pessoa com mais de idade em firma já não pegam mais”.

Assim, o desemprego para este trabalhador não decorreu exclusivamente do fechamento do posto de trabalho ou da extinção da sua profissão. Esta continuou sendo exercida por outro trabalhador, diferentemente das recorrentes ondas de demissões na produção que atingem outros profissionais, motivadas por redimensionamentos nas formas daquela ser pautada. O Sr. Alberto é que deixou, na lógica pautada pela produção, de ser apto ao seu exercício.

Assim, o desemprego para o Sr. Alberto, explicitado na forma como ele o explica, é naturalizado na sociedade, assumindo na sua explicação, literalmente, uma similaridade às leis da natureza: os velhos e doentes não trabalham. E não “caçam”, aqui, empregos.

Restam-lhes “caçar serviço”, uma espécie menos disputada entre aqueles que buscam a sobrevivência, dadas as características e condições em que são exercidos, que, como já foi apontado antes, identificado, não raras vezes, com a marginalidade.

Nesta “caça” ao serviço, a partir de sua residência – ou a estabilidade que lhe restou –, ele buscou constituir, no recolhimento

de material reciclável, outro vínculo estável, dado que o terreno da casa serve de depósito onde recolhe e junta os materiais até a venda às empresas intermediárias das recicladoras.

A casa-depósito firmou-se numa referência para as suas incursões pela cidade para a coleta, termo este que parece acentuar a metáfora com a natureza.

No caso do Sr. Alberto, a suposta naturalização das relações sociais se acentua ainda quando acrescentando outro elemento que o coloca na necessidade de “caçar serviço”: a impossibilidade de acesso ao direito à aposentadoria, além de um conjunto de direitos negados. Esta dimensão se explicita pela ausência em sua narrativa, num silenciamento completo, desta perspectiva: não há qualquer menção a direitos, nem mesmo ao da aposentadoria.

Diversamente do trabalhador anterior – e aqui direciono a discussão para a terceira situação que delimitei neste artigo –, o Sr. Mário Silva articula a outras ocupações a atividade da coleta de material reciclável, talvez, uma das razões para que, como citado anteriormente, não busque a fixação de um “ponto”, com suas implicações.

De fato, como ele justifica, atuar como catador se coloca numa suposta hierarquia na qual ele classifica outras atividades como “serviço”: “Não é... sabe eu resolvi mexe com papel por causa de... porque num é sempre que tem serviço, né?”³⁴

Assim, o “serviço”, propriamente, seria a atividade executada na construção civil, seja como servente de pedreiro, seja como pintor – nas quais não se vê como “profissional”, já que só “entende um pouco”; ao que parece outro grau na hierarquia, por ele não atingido –, ou como trabalhador na agricultura, atividade que exerceu quase que exclusivamente, durante aproximadamente 20 anos, antes de se mudar para Marechal Cândido Rondon, em 1999:

É só que é... eu trabaio de servente, ajudo a fazê pintura, né? Eu num sou profissional, mas é tudo que vi, eu entendo um pouco, né?

³⁴ Entrevista com o Sr. Mário Silva, concedida ao autor em 25/4/2004.

[...] E daí, eu tô catando esses papelão mesmo. Porque serviço... porque eu tenho várias pessoas que me conhece na cidade, aqui, que quando tem serviço, daí eles vêm me procurá pra trabaiá. Daí, eu paro de trabaiá com papel, né?

Nesta classificação, outros elementos parecem informar este trabalhador, ligados à sua trajetória.

Natural de Governador Valadares, estado de Minas Gerais, o Sr. Mário veio para o Oeste do Paraná aos 12 anos, trazido por um “gato”, para trabalhar nas fazendas como trabalhador volante.

Neste “serviço”, tendo-o como eixo da sua mobilização, circulou por diversas cidades na região, ao longo de aproximadamente 20 anos, antes de se estabelecer em Marechal Cândido Rondon.

Deste périplo, o Sr. Mário manifestou em sua entrevista ter herdado duas coisas. Primeiro, um problema de saúde que dificulta trabalhar, outro motivo para se colocar como catador de papel: “Por causa disso já num dá mais, né? Porque hoje pra mim enxergá uma coisa assim... coisa assim... no... comé que se chama? Num dá mais.”

Em segundo, a perspectiva de como se livraria desta condição. Perguntado sobre a possibilidade da aposentadoria, aponta outro caminho, em meio a outras alternativas vislumbradas:

Oia, rapaiz, eu nem noção num tenho, sobre isso aí, sabe? Hoje mesmo eu tava falando pra muié: se eu achá outro jeito, eu ia pará de mexe com isso aí. Cansa muito, né? Dá muita correria pra... a pessoa num descansa nada, né? Então, mas se a gente num tem outro serviço, a gente tem que fazê isso, num é? A pessoa mexe com isso aí, num é porque eles gosta, né? É porque eles obriga, né? Porque robá, ele num qué, né? Então, daí ele fica pedindo... de casa em casa, pedindo também num dá, então a pessoa vai vive do suor dele, né? [...] Mexi com lavora e sempre pros outro, né? Sempre trabaiando pros outro, assim. Eu nunca toquei roça pra mim memo. Em fazenda dos outro. Só em terra dos outro. Eu nunca adquiri terra, porque até agora eu num tive oportunidade. Mas, um dia pode tê ainda, né? Quem tem força e coragem, né?

Assim, o Sr. Mário interpreta como alternativa à marginalidade, caracterizada por ele na mendicância e no roubo, numa leitura da sua trajetória de “sempre trabaiano pros outro [...] em fazenda dos outro”, a posse de uma terra que lhe permita trabalhar para si mesmo, revertendo a situação vivida até o presente, aproximando-se da situação vivida e avaliação produzida pelos trabalhadores ucranianos do início do século passado, na narrativa do Sr. Valdemar Martin, no início deste texto.

Chama a atenção nisto que na sua vivência na cidade, o Sr. Mário não vislumbra no campo do direito constituído pelos trabalhadores contemporaneamente, notadamente urbanos, – como, a aposentadoria, em relação a qual manifesta, para além de um estranhamento, um distanciamento (“nem noção num tenho, sobre isso aí”) – a “solução para os seus problemas”, mas, lendo na sua trajetória, o caminho para deixar de trabalhar para outros, ou seja, sair da condição de subordinação de ser empregado – outro parâmetro que estabelece como causa das suas dificuldades –, é tornar-se proprietário de uma terra, sendo, neste limite, seu próprio patrão.

Importante destacar também que esta é uma solução construída como expectativa ou, mais propriamente, como sonho, já que nas evidências obtidas até o presente da narrativa não há respaldo para aquela solução: “eu nunca adquiri terra, porque até agora eu num tive oportunidade. Mas, um dia pode tê ainda, né? Quem tem força e coragem, né?”

No presente, porém, não é também naquele campo de direitos que o Sr. Mário estabelece suas possibilidades de sobrevivência, mas no âmbito das relações familiares e, em certa medida, para além das formulações produzidas contemporaneamente na e enquanto sociedade:

É rapaiz, o negócio num é fácil, não, rapaiz... Porque a gente. O que é sorte, é que eu tenho esse meu piação que é... que trabaia na construção, num é? Porque é esse que é que tá me ajudando, né? Ele ajuda nós na despesa e eu, no papelão, eu faço pra pagá água, luz e o aluguel, né? Eu faço. E sobra um poquinho só também pra cumê, né? A sorte é ele, né?

Ao mesmo tempo em que expressa os padrões de vida – ou as expectativas de consumo que o trabalho lhe possibilita – e a “contabilidade familiar”, fica evidente na fala do sr. Mário que não é enquanto cidadão e na cidadania, epígrafes e referências para algumas das lutas sociais pautadas também pelos trabalhadores e interpretadas pela produção acadêmica, notadamente nas décadas passadas, que este sujeito firma sua sobrevivência, mas na condição de pai de família e nas relações que esta estabelece e garante.

Não me apoiando numa concepção dualista da realidade, mas nas ambiguidades que constituem o social, parece-me que é a partir de referências “patriarcais” e não na “sociedade da lei e do direito” que este trabalhador interpreta a vida e nela se respalda.

Esta contraposição à “sociedade da lei e do direito”, articulando nas suas estratégias de vida e de trabalho outras práticas, valores e significados parecem ser um aspecto constituinte destes trabalhadores que não se situam exclusivamente em uma ocupação ou profissão, fazendo da “caça de serviço” – e não de emprego – seu modo de atuação.

Importante ressaltar que esta contraposição não se faz de maneira radical e absoluta, mas sim que estes sujeitos lidam, jogam, reinterpretem e forjam suas relações, articulando diferentes aspectos experimentados por eles na sociedade.

A trajetória do Sr. Rubem Tinckans, 67 anos, possibilita aprofundar esta forma de se situar em relação ao trabalho e a sociedade.

Nascido na região de Concórdia, interior do Estado de Santa Catarina, o Sr. Rubem narra que desde os 16 anos passou a “trabalhar por conta”, após romper com seu pai³⁵ com quem trabalhava na agricultura. Ou como ele interpreta, “daí, eu agarrei o mundo”.³⁶

³⁵ O Sr. Rubem explicou que o rompimento com seu pai decorreu da discordância deste com relação ao seu casamento: “Ele num queria que eu casasse com italiana, né? Ele num queria. Queria que casasse com alemoa.”

³⁶ Entrevista com o Sr. Rubem Tinckans, concedida ao autor em 19/7/2007.

Este “agarrar o mundo” parece se referir justamente aos muitos lugares em que morou e trabalhou: durante a entrevista foram apontados 17 cidades, em 4 países (além do Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia) e 3 estados do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), exercendo, segundo esta mesma estatística permitida pela entrevista, 25 atividades diferentes, que exigiam habilidades e situações hierárquicas igualmente variadas: de trabalhador rural diarista (“bóia-fria”) a mestre de obras na construção civil ou pequeno comerciante (proprietário de bar).

Permeando a busca pela sobrevivência, a avaliação das condições de vida se fazia também pautada nas condições de trabalho nesta trajetória ocupacional realizada pelo Sr. Rubem, ao longo de sua vida: “Se é um trabalho bom, eu gosto de trabaiá, se é um trabalho ruim, eu penso de parti pra outro, né? Ali eu trabalho.”

Questionado sobre o que seria um “trabalho bom”, o Sr. Rubem define: “Se eu quero trabaiá até às 10 [horas], eu trabalho. Se eu quero trabaiá até às 9 [horas], eu trabalho. Se eu quero trabaiá só até meio dia e de tarde, quero ficá, jogá baraio, eu vô”.

Nesta interpretação, em que fica evidente os limites da subordinação em que se coloca, com alguma satisfação, o Sr. Rubem, ao mesmo tempo parece explicar o reduzido número de vezes em que atuou como empregado com vínculo estável, tendo a figura do patrão como referência direta na execução do trabalho.

Por um lado, na busca deste padrão de trabalho, o Sr. Rubem se pautou pela constante inventividade, expressa em sua narrativa pelos inúmeros “se virar” com que caracteriza suas ações. Assim, quando na procura por um serviço, adaptar, improvisar, aprender e desenvolver habilidades, reaproveitar matérias primas e ferramentas, faz um dos enredos identificáveis da sua vida, já que, segundo o Sr. Rubens, “isso é tudo uma questão do cara tê a idéia e fazê, né? a idéia minha é: se eu penso em fazê uma coisa, eu vô indo, vô indo, até que eu consigo chegá lá, até lá, né?”

Desta forma, constituir-se como trabalhador nesta pauta, significaria uma luta permanente contra uma das expropriações impostas pelo capitalismo: o saber fazer, numa suposta tentativa de firmar uma unidade entre o trabalho braçal e o intelectual.

Por outro lado, os limites da insubordinação manifestam-se, por vezes, na intensificação da jornada de trabalho. Como relata o Sr. Rubens, fugir do empregador, não tem como contrapartida escapar da exploração e da disciplina que aquela relação estabelece:

Eu num sabia quando era sábado, domingo... só trabaindo. Eu comia em pé, lá, na roça. E vamo, né? Pra vencê [...] Digo, lá eu sei que é sofrido. Eu trabaiei bastante. De trabaiaí às vezes, como se diz, meio de graça pra pudê, né? Mas, alguma veiz isso. Não, ninguém diz nessa vida, mas eu fiz.

A exemplo de outros trabalhadores interpretados aqui, o Sr. Rubem também herdou desta trajetória de trabalho um conjunto de problemas de saúde. No momento da entrevista, o trabalhador sofria uma inflamação crônica no ombro direito, que se arrastava por meses, que o levava a uma intervenção cirúrgica, dificultando o trabalho. É a experiência da perda das condições físicas que leva o Sr. Rubens a vislumbrar, diferentemente do Sr. Mário Silva, na aposentadoria uma solução definitiva para a sua vida:

Ah, hoje, eu lá fui buscá aquela mandioca, comecei a arrancá mato lá. Dispois, num deu. Se fosse, eu ia ficá até meio dia. Eu gosto. É... meu trabaio é esse. Mas, eu gosto de outros trabalho. Mas, é que... o meu corpo não me ajuda mais. Eu tô vendo que não me ajuda mais. Eu tenho coragem de trepá em qualquer árvore aqui. Que eu, com a moto-serra e... mais, vamos, uma hora dessa, me dá uma tontura um troço. Tu acha que tá firme mas tu num tá, como muitos falaram e eu já notei isso. Pensa que tu tá ali garantido, pensa que tu tá fazendo as coisa certa i... cai ali e se arrebeta tudo. Então, se é pra morre assim... eu queria vivê mais uns anos. Mas, se é pra morrê, morrê qualqué hora também, né? Mas num é fácil. Se eu me aposentá, ai nunca mais vô sai daqui. Ai sim: só quando morre, né?

O Sr. Rubem havia entrado com um processo visando a aposentadoria. Segundo o seu relato, tal processo assumia a

mesma dimensão da sua inflamação no ombro: arrastava-se por 2 anos, sem perspectiva de solução. As suas perspectivas futuras alinham-se a esta possibilidade, estabelecendo uma solução que lhe parece, ao mesmo tempo, necessária e desejável: a redução da jornada de trabalho, já que sua extinção, embora almejada, não é avaliada como possível:

Agora, tô aí nesta luta. Trabaio porque sou obrigado. Se eu me aposentasse... eu me aposentava, eu trabaiava um pouco por fora... que posso fazê? Amanhã um pouco, ganhava o aluguel, que ganhava aqui – eu num ia vende aqui [a casa em que reside, financiada pela COOHAPAR].³⁷ Eu ia ficá com o que era meu. Mas, não tem jeito de me aposentá. E eu sei que eu não tô agüentando mais, home!

Entre esta última forma de trabalho, acompanhada na trajetória do Sr. Mário Silva e do Sr. Rubem Tinckans, e as duas primeiras categorias de trabalhadores destacadas (catadores e do comércio interfronteiras) há um elemento que gostaria de destacar, em relação ao qual se estabelece uma distinção que é a experiência do desemprego.

Isto, de maneira geral, parece se ligar à característica apontada aqui de que os que se forjaram enquanto trabalhadores no comércio interfronteiras ou como catadores de material reciclável têm uma preocupação e mesmo necessidade de constituir ritmos e rotinas de trabalho que repetem em grande medida os padrões existentes na atividade que tem uma subordinação direta, representada na figura do chefe ou do patrão, quando em situação de empregados. Estes parecem ser “caçadores de empregos”.

Diferentemente, os sujeitos com os quais dialoguei e que profilei na terceira situação, os quais se apresentam como trabalhadores que não viveram o vínculo empregatício formal como uma experiência preponderante em suas trajetórias, estes se colocam na sociedade como que a buscar a sobrevivência através

³⁷ COAPAR, Cooperativa Habitacional do Estado do Paraná, empresa estatal de construção e financiamento de moradias populares.

dos serviços pontuais e sazonais, não vislumbrando e avaliando aquela situação como algo necessário e desejável.

Ao contrário, o vínculo com subordinação direta e permanente passa mesmo a ser algo refutado, que só se estabelece como última alternativa.

Algumas tentativas de síntese sobre as mudanças vividas pelos trabalhadores, nas últimas décadas, apontam a constante troca de empregos e profissões vividas por trabalhadores, em diferentes setores da produção. Estas mudanças estariam estabelecendo a instabilidade como norma, produzindo como lembrança de “áureos tempos” aqueles vividos na estabilidade dos vínculos. As trajetórias, notadamente, destes dois últimos trabalhadores do “terceiro grupo” permitem relativizar, ao menos parcialmente, aquele caráter de novidade identificado naquelas constantes trocas: ao que parece, esta foi a tônica vivida há muito por alguns trabalhadores. A novidade talvez seja a tentativa do empresariado em valorar tal situação e estendê-la para o conjunto da classe trabalhadora.

Neste sentido, não me parece pertinente caracterizar aquelas trajetórias como portadoras de um “caráter empreendedor” que hierarquize os trabalhadores, como se na “seleção natural do mercado” uns se apresentassem mais aptos que outros, como uma parcela da historiografia recente parece querer firmar, incorrendo na crítica que Marx pontuou de que, “assim, na imaginação, os indivíduos pareceriam ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes”, numa espécie de praticantes do *self made man*, tal como profissionais liberais cujos escritórios teriam os limites das ruas.

Tal construção seria no mínimo impor, ao exemplo que as classes dominantes fazem, um outro silêncio a estes trabalhadores, desconsiderando um balanço de suas vidas ao qual invariavelmente recorrem, evidência da derrota vivida pela classe na sociedade capitalista:

Fui levando minha vida assim. Tantos anos que eu trabalhei, me judiei nessa vida. Ma nada adiantô... Eh, mas foi sofrido, foi sofrido,

meu Deus do céu, não era, não era fácil. Digo, minha vida num foi fácil, num foi fácil, digo.³⁸

A perspectiva aqui visa estabelecer como a interpretação das trajetórias feitas por sujeitos se faz historicamente na leitura das suas experiências passadas, que lhes fundamentam o modo de ser e de viver enquanto trabalhadores, os quais ainda que passível de ser entendido como diverso, perfilam uma mesma classe, constituída de forma diversa, ainda que, por vezes, fragmentada.

O conjunto das ações aqui apontadas, centradas nas ocupações de trabalhadores do comércio interfronteiras, catadores de papel e trabalhadores em diversas ocupações, permitem refletir sobre a complexidade das relações vividas por estes sujeitos que se colocam na busca por trabalho.

Assim, revestem-se da ordem e da lógica que não é determinação exclusiva de um sujeito ou classe, mas que se permeia e se faz nas relações, muitas delas corriqueiras e banais, no entanto, igualmente resultado de negociações, conflitos, disputas, perdas, reformulações diversas.

Para o pesquisador, permeado por um “olhar político”, investigar as maneiras e processos constituídos pela busca de trabalho de sujeitos que ocupam os diferentes espaços e constituem diferentes formas de trabalho apresenta-se como um permanente convite a investigar e refletir sobre como as dinâmicas do trabalho “se forjam e se realimentam, na natureza contraditória das relações sociais, como as pessoas a incorporam e a subvertem nas pressões e nos limites da vida diária, nos quais o próprio diálogo se insere.”³⁹

Referências

BOSI, Antônio de Pádua. Mudanças no mundo do trabalho das empregadas domésticas no Brasil (1970-2005). In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 3., *Anais...* Maringá: [s.n.], 2007.

³⁸ Entrevista com o sr. Rubem Tinckans, concedida ao autor em 19/7/2007.

³⁹ KHOURY, Yara Auhn. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa. et al. (Org.). *Muitas memórias outras histórias*, op. cit. p. 127.

CATTA, Luiz E. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. 1994. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FENELON, Déa et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 296-313.

FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 48, jan./jun. 2005.

GONZÁLEZ, Emilio. *Memórias que narram a cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu/PR (1970 – 2000)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2005.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

LAFARGUE, Paul. *O Direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1980.

MACHADO, Roberto. Crise já reduz coleta seletiva em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 2009.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem*. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 54.

SILVA DAVI, Elen Patrícia. *Trabalhadores na fronteira: experiências de “sacoleiros” e “laranjas” em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990-2006)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em

História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

SOUZA, Aparecida Darc. *Memórias constitutivas da cidade: Foz do Iguaçu, 1970-2008*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Edson B. C de. *A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 121-122.

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.